

Agrupamento de Escolas de Penacova

PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO 2024-2027



Uma ESCOLA aberta ao MUNDO

***"Comece por fazer o que é necessário;
depois o que é possível;
e de repente estará a fazer o impossível!"***

São Francisco de Assis (1182-1226)

"A elaboração, desenvolvimento e avaliação de um projeto educativo não se concretizam sem uma liderança afirmativa que permita canalizar numa direção comum as necessidades, os interesses e as expectativas de todos quantos interagem numa organização escolar".

Azevedo et al., 2011:15

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	ii
INTRODUÇÃO	1
I - IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO E DO SEU MEIO ENVOLVENTE	3
1 - CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DE PENACOVA	3
1.1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	3
1.2 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE, POR PAÍS DE ORIGEM	4
2 - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	5
2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DISCENTE	6
2.2 - RECURSOS HUMANOS	7
2.3 - OFERTA EDUCATIVA	8
2.4 - PROJETOS E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	9
2.5 - PARCERIAS	10
II - PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E LINHAS ESTRATÉGICAS DO PE	11
1 - VISÃO, MISSÃO E VALORES	11
2 - DIAGNÓSTICO: ANÁLISE SWOT	13
3 - PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO	15
3.1 - LINHAS ORIENTADORAS DE AÇÃO	15
3.2 - PLANO ESTRATÉGICO	16
4 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	25
5 - DIVULGAÇÃO	25
6 - REFERÊNCIAS	26

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

- AE – Associação de Estudantes
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
AEP – Agrupamento de Escolas de Penacova
AO – Assistentes Operacionais
AT – Assistentes Técnicos
BE – Biblioteca(s) Escolar(es)
CCH – Cursos Científico-Humanísticos
CE – Comunidade Educativa
C Ex – Classificação de Exame
CH – Crédito Horário
CIF – Classificação Interna Final
CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CP – Cursos Profissionais
DA – Domínios de Ação
EBSP – Escola Básica e Secundária de Penacova
ECI – Estruturas de Coordenação Intermédias
EE – Encarregado(s) de Educação
EPE – Educação Pré-Escolar
EQAVET – Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional
LOA – Linha Orientadora de Ação
MSAI - Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão
p. ex. – por exemplo
PAA – Plano Anual de Atividades
PADDE – Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola
PASEO – Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória
PCA – Percorso Curricular Alternativo
PE – Projeto Educativo
PEA – Projeto Educativo do Agrupamento
PEI – Programa Educativo Individual
PI – Plano de Inovação
PIT - Plano Individual de Transição
RAA - Relatório de Autoavaliação do Agrupamento
RI – Regulamento Interno
RTP – Relatório Técnico-Pedagógico
SA – Serviços Administrativos
SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações

INTRODUÇÃO

A escola, como realidade institucional, não se pode isolar do contexto social. Atualmente, e cada vez mais, interesses de ordem política, económica, social e cultural determinam que a ESCOLA tem no meio envolvente grande parte da sua base de construção.

O lugar que a escola ocupa na sociedade tem vindo a oscilar entre uma estratégia de controlo e a tentativa de descentralizar a gestão, incrementando a sua autonomia (Bolivar, 2000), cit Nobre (2013:II). A educação pública, em Portugal, tem-se alterado bastante, em parte, fruto das influências que tem recebido de outros países, das suas políticas educativas e dos seus processos de reformas educativas.

A conceção do Projeto Educativo (PE) tem acompanhado, nas últimas duas décadas, a crescente evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas (Azevedo *et al.*, 2011:13), sendo que a primeira referência a este documento surge com o DL n.º 553/80, de 21 de novembro, no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, conferiu aos diversos intervenientes no processo educativo (alunos, docentes e famílias), um papel novo e importante no processo de participação na educação e gestão das escolas, no sentido de "(...) *descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.*" [alínea g) do artigo 3.º] e "(...) *contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.*" [alínea l) do artigo 3.º].

Reconhecem-se assim, espaços de liberdade para que as escolas definam um conjunto de normativos internos (PE, Regulamento Interno - RI, plano curricular de escola, entre outros) que, de acordo, com a sua identidade e contexto social possam estabelecer o seu carácter próprio e as suas especificidades (Azevedo *et al.*, 2011:13).

Na sequência da LBSE, surge o Decreto Lei(DL) n.º 43/89, de 3 de fevereiro, que define e reforça a autonomia das escolas e estabelece o regime jurídico de autonomia das escolas oficiais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, o qual se deveria concretizar por vias da elaboração de um PE próprio, *constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.* O PE surge, claramente, como um instrumento, não só na reorganização do sistema e da administração educativa, mas também na concretização e desenvolvimento da autonomia das escolas.

Em todos os diplomas publicados, realça-se a importância do PE e o seu papel no modelo de direção, gestão e administração escolar, instituído no âmbito do exercício da autonomia das escolas.

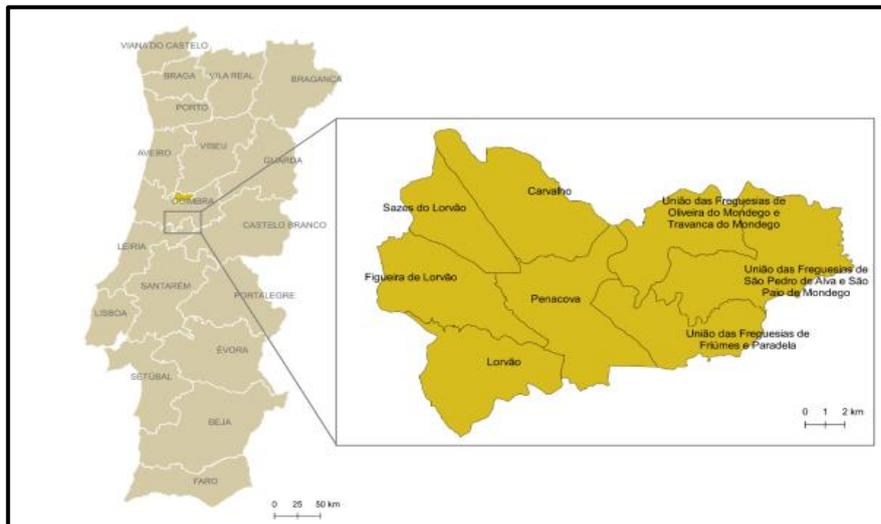
Mais recentemente, foi, novamente, considerado a linha orientadora de todo o trabalho a desenvolver na organização escolar, o PROJETO EDUCATIVO é, segundo o DL n.º75/2008, de 22 de abril (ponto 1 do artigo 9.º), na sua redação atual, "(...)o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa".

Um PE não é um fim em si mesmo, antes um meio consensualizado para concretizar uma estratégia, qual *Carta de Marear*, que nos aponte um propósito e a consecução de aspirações partilhadas, através de uma viagem planeada, necessariamente flexível para poder lidar com o contingente, senão mesmo a instabilidade das políticas educativas e escolares ou a turbulência da mudança induzida por um mundo cada vez mais incerto (adaptado de Almeida, Batista & Gonçalves, 2018:3).

I - IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO E DO SEU MEIO ENVOLVENTE

1 - CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DE PENACOVA

O concelho de Penacova localiza-se no Centro (NUT II) de Portugal Continental (NUT I), no distrito de Coimbra, pertencendo à Região de Coimbra (NUT III).



A sede do concelho localiza-se a cerca de 20 km da cidade de Coimbra, estando inserido na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), juntamente com os outros 18 concelhos da Região de Coimbra.

Figura 1: Enquadramento geográfico do concelho de Penacova.

“...Insere-se no distrito de Coimbra e confina a norte com os municípios da Mealhada (distrito de Aveiro), Mortágua e Santa Comba Dão (distrito de Viseu), a nascente com os municípios de Tábua e Arganil, a sul com Vila Nova de Poiares e a poente com Coimbra, sede do distrito e do qual, Penacova, dista aproximadamente 20 km”. Fonte: Estratégia Local de Habitação, 1º Direito, Câmara Municipal de Penacova, 2021.

Apresenta uma área total de 217 km², sendo constituído por oito freguesias em consequência da reorganização administrativa de 2013: Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão, Penacova, Sazes do Lorvão, União das Freguesias de Friúmes e Paradela, União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego.

1.1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

De acordo com os Resultados dos Censos 2021, a população do concelho diminuiu 14,02% entre 2011 e 2021, situando-se nos 13 113 habitantes, sendo que a taxa de crescimento anual médio da população residente, apresenta um valor negativo (-1,5%) e tem um dos maiores índices de envelhecimento do país (345,6 %), o que se tem refletido no número de alunos no AEP, nos últimos anos (1359 em 2013, 1303 em 2016, 1161 em 2021 e 1137 em 2023 – fonte: Serviços Administrativos do AEP).

Na tabela 1, observa-se a evolução da população residente no concelho de Penacova, entre 2001 e 2022. É notória a diminuição constante da população em ambos os sexos.

Tabela I: Evolução da população residente no concelho de Penacova.

População Residente / Ano	Homens	Mulheres	Total
2001	7994	8731	16725
2011	7208	8043	15251
2021	6167	6946	13113
2022	6113	6824	12937

Fonte: PORDATA

A população em idade ativa do concelho (entre os 15 e os 64 anos) é de 58,2 % (-4,6% do que em 2011), a percentagem de jovens (<15 anos) é de 9,1 % (-3% do que em 2011, uma diminuição acima da tendência nacional ou mesmo da Região de Coimbra) e a população idosa (>65 anos) é de 32,7% (+7,6% do que em 2011) – figura 2. Em suma, a tendência para o envelhecimento da população acarreta uma conseqüente diminuição da população escolar; este fenómeno assume maior relevância nas freguesias mais periféricas, afetando diretamente os estabelecimentos de educação e ensino que as servem, reforçado também pelas ligações económicas, históricas e de proximidade com os concelhos limítrofes.

A constituição da população residente, por grandes grupos etários, revela que o maior grupo é o que compõe as idades dos 15-64 anos, com 58,2 % da população. Verifica-se que os idosos são mais do triplo dos jovens, significando que há um acentuado envelhecimento da população do concelho.

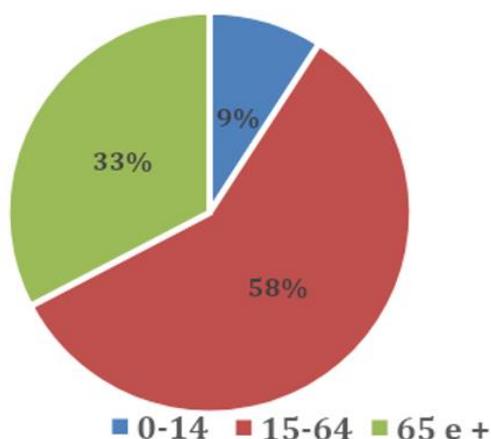


Figura 2: Percentagem de população residente em Penacova, por grandes grupos etários, em 2022. (Fonte: PORDATA)

1.2 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE, POR PAÍS DE ORIGEM

O número total de residentes com estatuto legal em Penacova era, em 2022, de 213 pessoas, o que corresponde a 1.64% do total de população residente. O país de origem com maior representação era o Reino Unido, com 84 pessoas (39.6% da população estrangeira residente), seguido do Brasil, com 46 pessoas (21.7%). Contudo, estes valores têm vindo a aumentar desde

o acolhimento e integração de crianças e alunos vindos da Ucrânia e também com a integração no sistema educativo português de alunos de outras nacionalidades, nomeadamente do Brasil e de Angola.

Tabela II: População estrangeira com estatuto legal de residente, em 2022.

Nacionalidade	Ano de 2022
Espanha	3
França	7
Itália	5
Reino Unido	84
Ucrânia	4
Outros países europeus	20
Angola	4
Cabo Verde	1
Guiné-Bissau	1
Moçambique	1
São Tomé e Príncipe	3
Outros países africanos	1
Brasil	46
Outros países americanos	20
China	7
Índia	4
Nepal	1

Fonte: PORDATA (atualizado em 24 de julho de 2023).

2 - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O AEP foi constituído por despacho de Sua Ex.^a o Secretário de Estado de Educação, a 14 de junho de 2010, e resulta da agregação do Agrupamento de Escolas António José de Almeida e do Agrupamento de Escolas de S. Pedro de Alva, passando a Escola Básica e Secundária de Penacova (EBSP) a ser a escola sede do Agrupamento, a partir do ano letivo 2010/2011.

Atualmente, engloba 13 estabelecimentos de educação e ensino (figura 3): seis Jardins de Infância - JI (S. Mamede, Aveleira, Espinheira, Penacova, Miro e S. Pedro de Alva), três Escolas Básicas (de Lorvão, Joaquim de Oliveira Marques, em Figueira de Lorvão, e do Seixo) com Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e duas Escolas Básicas do 1.º CEB, da Aveleira e de Penacova, a Escola Básica de S. Pedro de Alva (com 1.º, 2.º e 3.º CEB) e a EBSP, com 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário: Cursos Científico-Humanísticos (CCH) e Cursos Profissionais (CP).

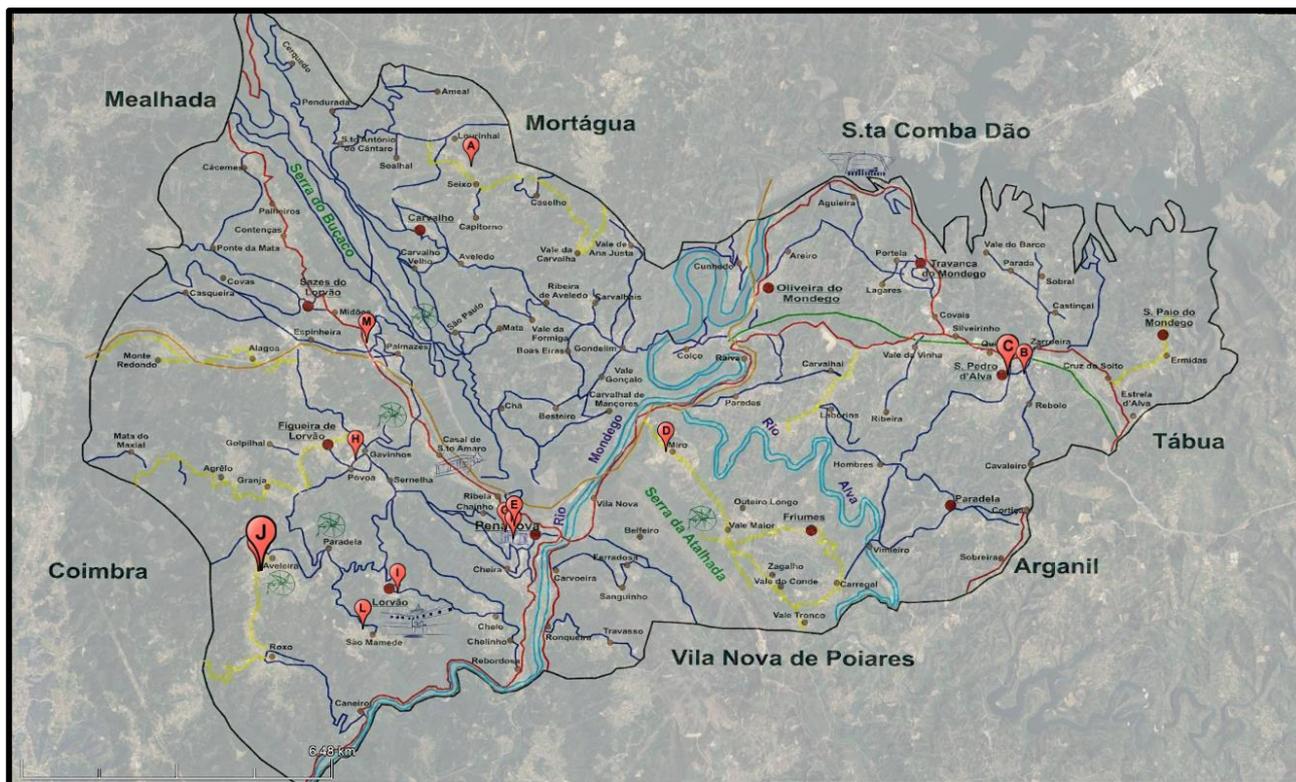


Figura 3: Localização dos estabelecimentos de educação e ensino do AEP. (Fonte: Google Earth).

- A** Escola Básica do Seixo
- B** Escola Básica de São Pedro de Alva
- C** Jardim de Infância de São Pedro de Alva
- D** Jardim de Infância de Miro
- E** Escola Básica e Secundária de Penacova
- F** Escola Básica de Penacova
- G** Jardim de Infância de Penacova
- H** Escola Básica Joaquim de Oliveira Marques
- I** Escola Básica de Lorvão
- J** Escola Básica de Aveleira
- K** Jardim de Infância de Aveleira
- L** Jardim de Infância de São Mamede
- M** Jardim de Infância da Espinheira

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DISCENTE

O número de alunos matriculados no concelho de Penacova tem vindo a diminuir, à semelhança de muitos outros concelhos do país, embora de forma muito ligeira. Atualmente, a população escolar totaliza 1133 crianças e alunos, distribuída por 13 grupos da Educação Pré-Escolar, 19 turmas do 1.ºCEB, 8 do 2.ºCEB, 17 do 3.ºCEB e 11 do Ensino Secundário (8 de CCH e 3 de CP) – anexo I (critérios de constituição de grupos e turmas...).

Tabela III: População discente do AEP, atualizado em dezembro de 2023.

	PRÉ	1º CEB	2º CEB	3º CEB	SECUNDÁRIO	TOTAL	Diferencial	
2020/2021	211	304	172	279	188	1154	Efetivo	%
2021/2022	205	297	165	277	206	1150	- 4	- 0,4
2022/2023	197	302	177	258	215	1149	-1	- 0,1
2023/2024	188	299	145	282	219	1133	-16	-1,4

Fonte: Serviços Administrativos AEP

Nos últimos anos, tem-se verificado que os alunos do AEP têm saído menos para estudar fora do concelho, nomeadamente, no ensino secundário, facto que se justifica pela diversidade de oferta formativa aprovada, pela Tutela, para este nível de ensino.

O número de crianças e alunos estrangeiros matriculados no AEP é de 64, correspondendo a 12 nacionalidades diferentes e a 5,65% do total da população discente.

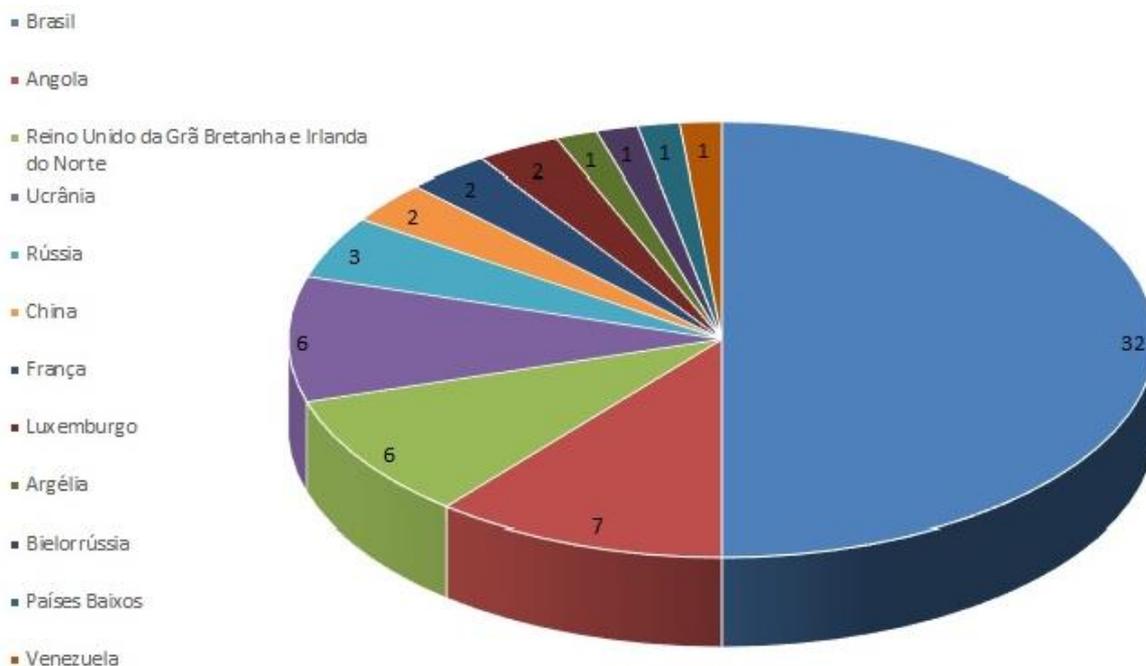


Figura 4: Crianças e alunos com nacionalidade estrangeira, matriculados no ano letivo de 2023/2024, no AEP. (Fonte: Serviços Administrativos AEP)

Há, ainda, outras crianças e alunos que sendo cidadãos nacionais, filhos de emigrantes ou não, que tiveram percursos de vida e escolares fora de Portugal. Também estes, que no final de 2023, somam cerca de 35 crianças e alunos, requerem uma oferta formativa e medidas educativas diferenciadas, nomeadamente na oferta de PLNM.

2.2 - RECURSOS HUMANOS

2.2.1 - Caracterização do Pessoal Docente

O corpo docente, em 2023/2024, é constituído por 157 docentes, dos quais 145 são docentes de quadro de escola/agrupamento ou quadro de zona pedagógica e 12 docentes possuem contrato de trabalho em funções públicas a termo, sendo que 9 se encontram em regime de substituição com contrato a termo incerto.

2.2.2 - Caracterização do Pessoal Não Docente

No âmbito do plasmado dos artigos 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, os mapas de pessoal das Câmaras Municipais integram todo o pessoal não docente do AEP, exceto os técnicos especializados.

Assim sendo, enquadram-se na categoria do pessoal não docente os assistentes técnicos (14), os assistentes operacionais (77), os quais incluem os responsáveis pelas Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família, e os técnicos superiores (4), sendo que apenas um possui vínculo de quadro do agrupamento.

2.2.3 - Serviços técnico-profissionais

O AEP dispõe de um Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) com duas técnicas, psicólogas, sendo que apenas uma é do quadro. No âmbito do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, cuja candidatura é anual, possui dois técnicos a tempo parcial, uma terapeuta da fala e um técnico em ciências da educação, o qual dinamiza um programa de promoção de competências socioemocionais, recorrendo a técnicas de *Mindfulness*.

No âmbito da parceria com o Centro de Recursos para a Inclusão, a instituição dispõe dos serviços especializados de uma psicóloga e de uma técnica de psicomotricidade.

Cumprindo o estipulado no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB são, igualmente, da competência das Câmaras Municipais.

Para garantir o desenvolvimento das AEC de Ensino da Música (2h por turma), Atividade Física e Desportiva (2h, uma das quais é Natação, cujo transporte é assegurado pela Câmara Municipal de Penacova) e Oficina Criativa (1h por turma), a Autarquia procede à contratação de técnicos especializados e delegou a dinamização das AEC de carácter mais artístico na Escola de Artes de Penacova.

2.3 - OFERTA EDUCATIVA

A oferta educativa do AEP serve uma população escolar desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário. Pode considerar-se bastante diversificada, nomeadamente, no Ensino Secundário, com a possibilidade de aprovação de turmas “mistas”, formadas por dois CCH ou dois CP.

No 3.º CEB existe, ainda, uma turma de Percurso Curricular Alternativo (PCA), aprovada ao abrigo do Plano de Inovação 23/24.

O Plano de Inovação foi elaborado em conformidade com o previsto na Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, com as alterações previstas na Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro, não descurando os princípios consagrados no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho e no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

Visa a introdução de alterações de âmbito organizacional e pedagógico e estrutura-se nas seguintes áreas prioritárias de inovação: gestão da matrizes curriculares-base no 1.ºCEB e no 7.ºano de escolaridade e a criação de uma turma de PCA para um grupo de alunos de 9.º ano, ao abrigo do artigo 7.º, da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual.

Quanto à gestão das matrizes curriculares-base, esta aplica-se à matriz curricular-base do 1.ºCEB, com a criação de uma nova disciplina, Oficina “Investigar para Aprender” e à matriz curricular-base do 7.ºano de escolaridade, com a criação da nova disciplina “Tecnologia com Arte”.

No ensino secundário, a oferta formativa inclui os quatro Cursos científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades, Ciências Socioeconómicas e Artes Visuais) e inclui 3 turmas de Cursos Profissionais (Técnico de Desporto – nos 3 anos e Técnico de Apoio Psicossocial – no 11.ºano).

No AEP, existem cerca de 60 alunos a frequentar o Curso Básico de Música, desde o 1.º ao 5.º grau, em regime de ensino articulado, numa parceria com a Escola de Artes de Penacova.

2.4 - PROJETOS E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Na promoção da equidade e inclusão de todas as crianças e de todos os alunos, os serviços técnico-pedagógicos do AEP integram a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), as Bibliotecas Escolares (BE) e o Clube de Ciência Viva na Escola. Para além destes serviços, o AEP recorre a entidades externas, em regime de parceria.

Além destes serviços, o AEP proporciona às suas crianças e alunos diversas medidas de promoção do sucesso escolar (apoios educativos, oficinas de cálculo, de resolução de problemas, de escrita e gramática, de leitura e educação literária, coadjuvações, apoio tutorial, tutorias, oficinas de preparação para os exames nacionais, espaços adequados ao trabalho individual e de grupo – Sala de Estudo e BE) e atividades extracurriculares diversificadas, tais como: Oficinas da Ciência, Clube da Matemática, Clube STEM, Clube de Teatro, Clube de Pesca, Clube da Terra, Clube da Floresta, Clube Ciência Viva na Escola, Clube das Artes, Clube RecreArte, Clube de Tecelagem, Oficina de Leitura e de Escrita, Clube de Xadrez, Clube de Mindfulness, Clube Meteo, Clube de Jornalismo, Clube de Desporto Escolar (Natação, Boccia, Badminton, Futsal, Ténis de Mesa, Multiatividades e DE sobre Rodas), no qual, anualmente, os alunos recebem prémios de âmbito distrital, regional e/ou nacional e ainda como forma de incentivar a atividade física, nos intervalos de almoço, dinamiza o projeto “Escola Ativa”.

Dinamiza alguns projetos inovadores/concursos de âmbito nacional e local e com reconhecimento público, tais como Escola a Ler+ e melhor, Projeto Weiwe(R)BE, Miúdos a votos, Histórias Ajudaris, Parlamento dos Jovens, Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, Projetos de empreendedorismo,-Projeto Promoção e Educação para a Saúde, Prémio FAQtos, Concurso F1 in Schools, Projeto Twist, Astronauta por um dia, Programa Eco-escolas, Plano Nacional do Cinema, PAIDEIA e Projeto Aprendizagem Socioemocional: Mindfulness em contexto educativo.

Tem ainda em funcionamento diversos projetos de âmbito internacional: dois projetos Erasmus+ e um projeto *eTwinning* e aguarda o resultado da candidatura para acreditação do AEP.

2.5 - PARCERIAS

O trabalho colaborativo em rede permite responder a uma diversidade de desafios, justificando o desenvolvimento de parcerias estratégicas com entidades da comunidade local, a fim de contribuir para um aumento das oportunidades de aprendizagem, do apoio às crianças e aos alunos e às famílias, aproveitando oportunidades e competências úteis nos processos de ensino-aprendizagem.

Também para o efetivo reconhecimento e valorização dos recursos e projetos locais e da região, o AEP tem vindo a aprofundar as suas parcerias estratégicas, contribuindo para a formação integral das crianças e dos alunos e para a prossecução da sua Missão.

As parcerias estabelecidas ou a estabelecer assumem as seguintes prioridades:

- Contextualizar práticas educativas;
- Desenvolver projetos inovadores e interdisciplinares;
- Adequar os espaços educativos às necessidades curriculares;
- Promover a plena inclusão das crianças e dos alunos;
- Proporcionar ambientes de formação adequadas aos docentes, no apoio ao desenvolvimento de disciplinas de contexto local e regional;
- Apoiar e acompanhar as crianças e os alunos com dificuldades de contexto familiar ou em risco;
- Privilegiar contactos diretos e experiências diversificadas, motivadoras e enriquecedoras que permitam a promoção do sucesso e a prevenção do abandono escolar.
- Consolidar dinâmicas de trabalho colaborativo ao nível da organização, gestão e disponibilização de recursos documentais, bem como de promoção de dinâmicas na área das literacias.

Assim, destacam-se entre as entidades tidas como prioritárias no estabelecimento de parcerias e/ou redes de cooperação as seguintes:

- Câmara Municipal de Penacova
- CIM – Região de Coimbra
- Juntas de Freguesia
- Escola de Artes de Penacova
- Associação de Pais e Encarregados de Educação
- CPCJ de Penacova
- IPSS locais
- Bombeiros Voluntários de Penacova
- GNR

- Centro de Saúde de Penacova/Equipa de Saúde Escolar
- CRTIC de Coimbra
- CRI de Vila Nova de Poiares
- Rede de Bibliotecas de Penacova (RBP)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)
- Plano Nacional de Leitura (PNL)
- ABAE (Eco - Escolas)
- Centro de Formação Minerva
- Entidades empresariais locais (formação em contexto de trabalho dos CP e Plano Individual de Transição - PIT)
- Agência Nacional Erasmus+ (parceiros nacionais e internacionais)
- Escola Profissional Beira Agueira
- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- DECOJovem

II - PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E LINHAS ESTRATÉGICAS DO PE

“Um PE não é um fim em si mesmo, antes um meio consensualizado para concretizar uma estratégia, qual Carta de Marear, que nos aponte um propósito e a consecução de aspirações partilhadas, através de uma viagem planeada, necessariamente flexível para poder lidar com o contingente, senão mesmo a instabilidade das políticas educativas e escolares ou a turbulência da mudança induzida por um mundo cada vez mais incerto (adaptado de Almeida, Batista & Gonçalves, 2018:3)

1 - VISÃO, MISSÃO E VALORES

O AEP tem assumido o compromisso de encontrar respostas pedagógicas ajustadas às características, necessidades e interesses das crianças e dos alunos, facultando-lhes, deste modo, a aquisição de competências que lhes permitam enfrentar e responder às dinâmicas da Sociedade atual e futura, enquanto cidadãos autónomos, responsáveis, criativos, interventivos, solidários e tolerantes e capazes de aprender a aprender ao longo da vida.

A educação deve procurar consciencializar o indivíduo para as suas raízes, a fim de o dotar de referências que lhe permitam situar-se no Mundo e ensinar-lhe o respeito pelos outros, desenvolvendo, ao mesmo tempo, atitudes de empatia e de solidariedade. A missão da educação é, também, fornecer todos os meios ao seu alcance para um desenvolvimento harmonioso de todo

o potencial de cada criança e aluno (Carta Educativa de Penacova, 2007). A Missão e Visão do AEP devem assentar em dois pilares fundamentais, a ESCOLA e a COMUNIDADE EDUCATIVA e é nesta linha que se define como lema do presente Projeto Educativo:

“UMA ESCOLA ABERTA AO MUNDO”

A ESCOLA deve sustentar a sua ação em pressupostos fortes e duradouros, assentes em convicções alicerçadas no conhecimento da Comunidade Educativa e nas suas necessidades, **porque a Educação não pode ser delegada somente à Escola.**

Assim, o AEP compromete-se a orientar a sua ação com base nos seguintes referenciais:

MISSÃO: Prestar à comunidade um serviço educativo de elevada qualidade, preparando as crianças e os alunos para melhor conhecerem e compreenderem a Sociedade e as suas dinâmicas, podendo agir sobre elas, garantindo a igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos.

VISÃO: ser reconhecido como

- uma instituição pública de referência pela qualidade do seu ensino e formação;
- uma comunidade inclusiva, que respeita a diferença, que valoriza valores humanistas, a criatividade, a inovação, com um papel ativo no desenvolvimento social e cultural local;
- um espaço de qualidade, tanto ao nível do ambiente interno, como nas parcerias com a Comunidade e Instituições.

A Escola quer-se de todos e para todos, não se esgota na componente educativa e formativa; pretende-se que seja também um espaço de socialização de jovens e adultos, pelo que existem valores que fundamentam as escolhas em termos de conduta dos atores educativos e da própria organização e considerados pilares basilares na definição da atuação de todos os intervenientes do AEP, propõem-se os seguintes valores.

VALORES: Compromisso, Exigência, Rigor, Eficiência, Responsabilidade, Inclusão, Equidade, Respeito, Solidariedade, Tolerância, Cooperação, Liberdade, Consciência, Curiosidade, Criatividade, Inovação e Defesa do Ambiente.

2 - DIAGNÓSTICO: ANÁLISE SWOT

O estudo do contexto e a identificação de fragilidades e potencialidades constituem-se como condições fundamentais para a elaboração de um plano de ação ajustado e eficiente. Para o efeito procedeu-se à análise dos documentos estruturantes do AEP, assim como recorrendo ao conhecimento que se detém da realidade organizacional e dos documentos orientadores, foi possível constatar que há um caminho a fazer para alcançar a excelência. Há que agarrar os desafios e as oportunidades (devem ser exploradas ou melhoradas, em prol de toda a organização) que a instituição e o seu meio envolvente possuem para rentabilizarmos as nossas forças e ultrapassarmos as nossas fraquezas, transformando-as em áreas de melhoria:

FORÇAS	FRAQUEZAS / ÁREAS DE MELHORIA
<ul style="list-style-type: none"> ● Estabilidade do corpo docente e boa dinâmica das equipas pedagógicas, criando ambiente global bastante positivo e facilitador de relações interpessoais; ● Taxas de aprovação/transição/conclusão bastante satisfatórias, com valores percentuais nunca abaixo de 90% (consultar Relatório de Autoavaliação do Agrupamento – RAA); ● Taxas de sucesso por disciplina bastante elevadas, na sua grande maioria, muito acima dos 90% (consultar RAA); ● Resultados da avaliação externa, no ensino secundário, em linha com a média nacional e em algumas disciplinas, acima da média nacional (consultar RAA); ● Percursos diretos, na sua grande maioria, iguais ou superiores aos dos alunos do país com perfil socioeconómico semelhante (consultar RAA); ● Existência de um Referencial de Avaliação; ● Taxa de abandono escolar praticamente nula; ● Diminuição do número de ocorrências graves de indisciplina; ● Trabalho colaborativo, de partilha de materiais e recursos e instrumentos de avaliação; ● Semestralidade como fator preponderante para a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas e inovadoras, para a diversificação de instrumentos de avaliação e para o incremento do feedback aos alunos e pais/ Encarregados de Educação (EE); ● Excelente dinâmica dos clubes/oficinas e projetos, com a obtenção de diversos prémios e distinções para os alunos; ● Reconhecimento das práticas inovadoras implementadas no AEP, com a atribuição de diversos “selos de qualidade” e outras distinções; ● Espaços de trabalho e de estudo com boas condições e equipamentos desportivo, científico, artístico e outro requerido para as atividades pedagógicas, adequados, em qualidade e quantidade; ● Existência de 4 BE integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, devidamente equipadas; ● Existência de espaços inovadores e promotores do contacto com a Ciência e Tecnologia: Clube de Ciência Viva e futura instalação de um Laboratório de Educação Digital. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Não cumprimento pleno da meta do anterior PE “Manter ou melhorar as taxas de transição de ano e conclusão de ciclo”; ● Taxa de retenção do 2.º ano e taxa de conclusão do 12.ºano com oscilações anuais (consultar RAA); ● Diferencial entre avaliação interna e externa elevado e reduzida qualidade do sucesso escolar, em algumas disciplinas; ● Implementação plena das medidas educativas previstas no DL nº 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual: uniformização e clarificação de procedimentos; ● Elevado número de alunos com Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP) / Programas Educativos Individuais (PEI) por turma; cerca de 157 crianças e alunos com RTP/PEI no AEP; ● Número significativo de alunos com problemas comportamentais em sala de aula e fora dela, embora considerados de gravidade reduzida; ● Aplicação mais célere das medidas disciplinares corretivas e/ou sancionatórias; ● Organização e articulação entre algumas equipas de trabalho requer melhorias; ● Criação de projetos interdisciplinares (“aprender com e por projetos”) como forma de desenvolver as competências previstas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO); ● Ausência do Selo de Qualidade EQAVET; ● Desinteresse/desmotivação de alguns alunos relativamente à Escola e às aprendizagens essenciais; ● Envolvimento e participação dos alunos e de alguns pais/EE nas dinâmicas da Escola é ainda reduzido; ● Envolvimento das Estruturas de Coordenação Intermédias (ECI) na resolução de problemas; ● Redes de comunicação interna e externa requerem melhoria; ● Processo de autoavaliação: ainda não está completamente consolidado, enquanto instrumento de gestão potenciador da melhoria da qualidade do serviço prestado.
CONSTRANGIMENTOS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ● Rede digital: deficiente rede wifi, necessidade urgente de aumentar a largura de banda e equipamento informático das salas de aulas obsoleto; ● Reduzido tecido empresarial do meio; ● Falta de técnicos especializados; ● Crédito Horário insuficiente para implementar todas as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (MSAI) previstas para os alunos; ● Inadequação de algumas infraestruturas e equipamentos tecnológicos para favorecer a mudança nas práticas educativas que tanto se preconiza nos documentos estruturantes; ● Necessidades de obras de beneficiação em alguns estabelecimentos do AEP; ● Baixas expectativas de algumas famílias em relação à Escola; ● Insatisfação do pessoal docente e não docente face às políticas educativas, à valorização profissional e à legislação e orientações educativas pouco claras. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Bom ambiente e o clima relacional como suporte ao desenvolvimento pessoal e profissional dos vários atores educativos; ● Programa Escola Digital pode constituir uma mais-valia; ● Implementação das medidas de recuperação de aprendizagens do Plano 23 24 Escola+; ● Continuidade da implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE); ● Articulação eficiente com o Município (apoios e parcerias), com a realização de reuniões periódicas; ● Associação de Pais/EE empenhada e interventiva e disponível para colaborar com o AEP; ● Parcerias com instituições e entidades locais, regionais, nacionais e internacionais com impacto na valorização das aprendizagens.

3 - PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO

3.1 - LINHAS ORIENTADORAS DE AÇÃO

Para responder aos problemas/pontos fracos identificados, são delineadas três grandes Linhas Orientadoras de Ação (LOA), a partir dos quais se deverá desenvolver toda a ação do AEP para colmatar as suas fragilidades e definir estratégias de consolidação dos bons resultados já obtidos:

LOA 1: Organizar para o Sucesso;

LOA 2: Incluir, para formar cidadãos do (para o) Mundo;

LOA 3: Envolver, Comprometer e Corresponsabilizar.

Tendo como guia a educação para o sucesso, a educação inclusiva, a educação para a cidadania, **a Educação para o Mundo**, o AEP pretende atingir as seguintes metas:

- Competências globais das crianças e alunos, evidenciadas pelos resultados escolares e pelos seus percursos diretos de sucesso, assim como pela aplicação dos seus conhecimentos e competências em projetos/concursos/situações reais;
- Consolidação de regras de conduta, evidenciada pela postura no contexto de sala de aula e nos espaços de convívio/recreio;
- Hábitos promotores do bem-estar físico e mental, evidenciados pela aplicação dos conhecimentos adquiridos;
- Envolvimento da Escola em atividades da CE, como campanhas de solidariedade, voluntariado e participação cívica e ações de promoção da leitura, fruição e criação cultural;
- Contribuição coletiva da Escola para o conhecimento dos conteúdos locais e regionais e para a sua sustentabilidade e envolvimento dos alunos nesse objetivo;
- Capacidade empreendedora e de resiliência, evidenciada através da participação em projetos, concursos e competições;
- Formação de cidadãos responsáveis e preparados para o futuro, com consciência da “...lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”;
- Reforçar a identidade europeia através da apresentação de candidaturas a projetos no âmbito do programa ERASMUS+, promovendo um envolvimento mais efetivo dos alunos na sua execução e disseminação e de candidaturas de acreditação ERASMUS+ (KA120-VET para o ensino profissional e KA120-SCH para o ensino escolar, ensino e formação profissional de adultos);
- Otimizar os procedimentos administrativos e organizacionais e gerir racionalmente o orçamento de escola atualmente atribuído ao AEP;
- Contribuir para a desburocratização de procedimentos.

Em suma, pretende-se que cada ator educativo contribua para a formação/educação de todas as crianças e alunos, promovendo a sua aprendizagem, o seu bem-estar global, o seu crescimento como pessoa preparada para o Futuro e para o Mundo.

3.2 - PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico (figura 5) assenta na matriz base do Quadro de Referência do 3.º Ciclo da Avaliação Externa das Escolas, proposto pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC):

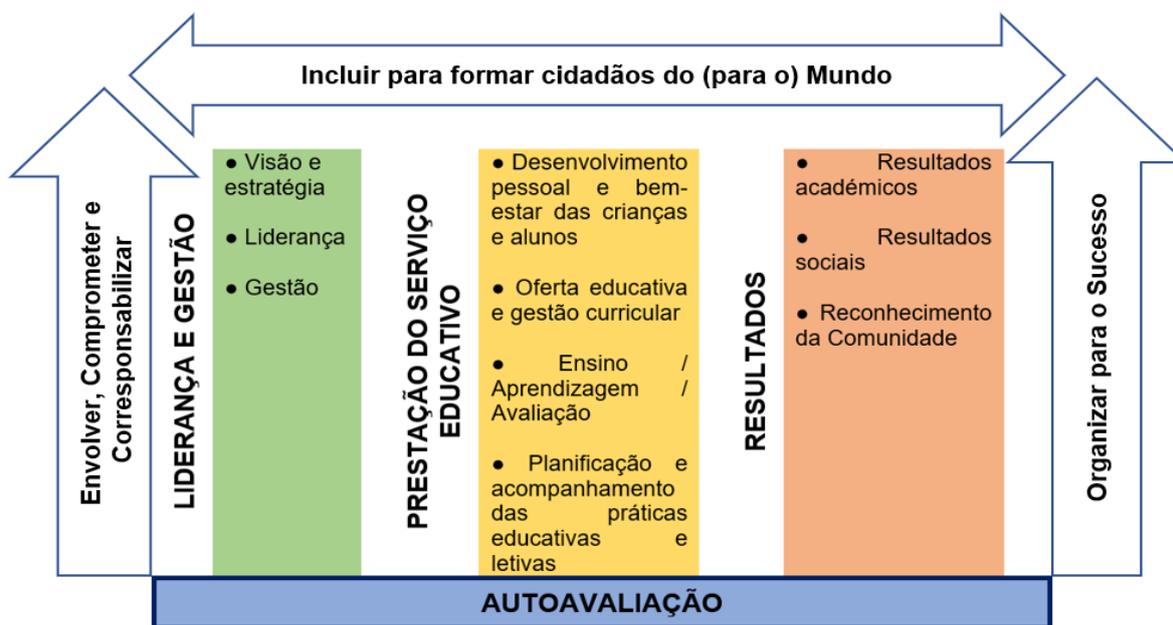


Figura 5: Visão global do plano estratégico de intervenção 2023-2026 (Fonte: Projeto de Intervenção da Diretora).

LINHA ORIENTADORA DE AÇÃO 1: ORGANIZAR PARA O SUCESSO

Domínio de Ação: RESULTADOS			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
Resultados Académicos	<p>1.1 Promover o sucesso educativo e a melhoria da qualidade das aprendizagens;</p> <p>1.2 Promover o desenvolvimento das competências previstas no PASEO;</p> <p>1.3 Promover, de acordo com a legislação em vigor, a transição/aprovação dos alunos abrangidos por MSAI;</p> <p>1.4 Melhorar as competências globais das crianças e alunos, evidenciadas pelos resultados escolares e pelos seus percursos diretos de sucesso, assim como pela aplicação dos seus conhecimentos e competências em projetos/concursos/situações reais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir que a taxa de percursos diretos seja igual ou superior à dos alunos do país com perfil socioeconómico semelhante; ● Garantir que a taxa de sucesso, por ano de escolaridade, seja igual ou superior à média dos últimos 3 anos (consultar o RAA); ● Garantir que a taxa de sucesso de cada disciplina seja igual ou superior à média dos últimos 3 anos (consultar o RAA) - tolerância 1%; ● Garantir que a qualidade do sucesso, por disciplina, seja igual ou superior à do 2.º semestre do ano letivo 2022/2023 (consultar o RAA) - tolerância 3%; ● Garantir que a média dos resultados da avaliação externa, por disciplina, não difira negativamente da média nacional em mais de 3 valores (secundário) / 5% (3º CEB); ● Garantir que a classificação dos exames nacionais (CE) dos 11º e 12.ºanos não difira negativamente da CIF em mais de 30 pontos; ● Garantir que a classificação das provas finais do 9º ano não difira negativamente da CIF em mais de 1 nível; ● Reduzir de forma progressiva a taxa de não transição/não aprovação de alunos com RTP, não ultrapassando os 3%, em nenhum ano letivo (tolerância de 1%); ● Aumentar, de forma progressiva, o número de alunos com RTP que obtém classificação acima de 50% ou de 100 pontos nas provas finais/exames nacionais (1 ponto percentual por ano, face ao ano anterior); ● Criação de oficinas de leitura e escrita, de gramática, de resolução de problemas e de cálculo (nos 2º e 3º ciclos); ● Manter as Oficinas de preparação para exames nacionais em todas as disciplinas sujeitas a avaliação externa (no ensino secundário); ● Realizar reuniões de grupo para partilha e aferição das propostas de classificações; ● Monitorizar os resultados escolares no final de cada semestre e no final do ano, promovendo uma reflexão contextualizada com vista a redefinição de estratégias pedagógicas. 	<p>Pautas de avaliação interna e externa;</p> <p>Atas de: - Conselhos de docentes / turmas; - Departamentos Curriculares; - Conselho Pedagógico.</p> <p>Relatórios de implementação das MSAI;</p> <p>Relatório semestral da EMAEI;</p> <p>Dados MISI, REPA, ENEB e ENES</p> <p>Relatório EQAVET</p>

Domínio de Ação: RESULTADOS			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
Resultados Sociais	1.5 Incentivar a participação dos Pais / EE no processo educativo e na vida da escola;	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar o nível de envolvimento dos Pais/EE no processo educativo dos seus educandos; ● Dinamizar atividades que envolvam os Pais/EE na vida da escola, nomeadamente nos anos iniciais de ciclo. 	Registos de contactos com os Pais / EE;
	1.6 Promover um ambiente escolar saudável, ecológico e socialmente acolhedor, inclusivo e cordial;	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver, no âmbito da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola e do Plano Anual de Atividades (PAA), atividades promotoras do bem-estar, de comportamento ecológico e de inclusão. 	Inscrições e registos de presenças dos Pais /EE nas atividades realizadas;
	1.7 Promover a participação dos alunos na vida da escola;	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar o número de participantes nas ofertas extracurriculares; ● Realizar, trimestralmente, uma Assembleia de Delegados de Turma, com a diretora ou quem esta delegue. 	Relatório do PAA;
	1.8 Fomentar uma oferta educativa diversificada, de acordo com as reais necessidades do meio envolvente e da procura dos nossos jovens;	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter uma oferta educativa diversificada, efetuando propostas, à Tutela, que se considerem as mais adequadas para os alunos. 	Relatório da coordenação da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola;
	1.9 Implementar atividades de divulgação de ofertas formativas e garantir a todos os alunos a orientação escolar e vocacional, necessárias a uma escolha informada e responsável	<ul style="list-style-type: none"> ● Disponibilizar a todos os alunos a orientação escolar e vocacional: 9º e 12º anos; ● Dinamizar /colaborar, anualmente, em atividades que contribuam para a divulgação da oferta formativa e/ou orientação vocacional (ex. Open Day e Feira de Orientação Vocacional, fórum de profissões dinamizado por pais de alunos do 9.ºano, participação em eventos na CE,...). 	Relatório semestral dos Clubes;
	1.10 Conhecer o impacto da escolaridade no percurso dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Formar uma equipa de trabalho responsável por conhecer/acompanhar o percurso dos alunos no ano posterior à conclusão do ensino secundário. 	Dados SINAGET (Sistema Nacional de Gestão de Turmas);
	1.11 Reduzir as situações de indisciplina reforçando e valorizando a autoridade do pessoal docente e não docente e corresponsabilizando todos os atores educativos, em particular os Pais / EE;	<ul style="list-style-type: none"> ● Analisar com o PTT/DT o Regulamento Interno (RI), no que diz respeito à parte das regras de convivência no espaço escolar, tipificação das infrações e respetivas medidas disciplinares; ● Divulgar o Regulamento Interno junto dos Pais/EE; ● Implementar medidas de redução da indisciplina escolar: frequência de clubes/oficinas/projetos, nas ordens de saídas da sala encaminhar obrigatoriamente para o Gabinete do Aluno; ● Envolver os técnicos especializados na prevenção/combate à indisciplina; 	Documento de aceitação do RI pelos Pais / EE;
			Número de registos de ocorrências e de procedimentos disciplinares;
			Protocolos com entidades da CE;
			Atas de conselhos de docentes/turma;
			Relatório dos SPO.

		<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir o número de ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias, relativamente ao ano letivo anterior; • Estabelecer protocolos com pelo menos duas entidades da Comunidade Educativa, para cumprimento da medida sancionatória de suspensão; • Manter a percentagem de alunos retidos por faltas (tendencialmente 0%); • Aumentar, progressivamente, o número de turmas com menção de Bom no comportamento, relativamente ao ano letivo anterior. • 	
	1.12 Incentivar a realização de ações de educação ambiental, de solidariedade e/ou de voluntariado que integrem entidades ou instituições da CE.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a implementação anual de, pelo menos, dois projetos no âmbito da promoção de competências sociais; • Envolver cada turma em, pelo menos, um projeto ambiental, de solidariedade e/ou de voluntariado, por ciclo. 	

Domínio de Ação: RESULTADOS			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
Reconhecimento pela Comunidade	1.13 Valorizar os resultados escolares;	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar, anualmente, o número de alunos que integram os quadros de excelência e de valor; • Realizar, anualmente, a cerimónia pública de entrega dos prémios de mérito e de excelência. 	Atas de conselhos de docentes/turma; Página do AEP; Redes Sociais do AEP; Plataforma ISSUU; Inovar PAA; Inquéritos de satisfação
	1.14 Divulgar e valorizar as aprendizagens e as atividades do AEP;	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar, de forma mais regular, as atividades dinamizadas no AEP, na página web, nas redes sociais, nos jornais locais e nos jornais regionais – criação de uma equipa de trabalho; • Atualizar a página web do AEP, tornando-a mais dinâmica, funcional e atrativa; • Participar em exposições ou outras atividades na CE, como forma de divulgação do AEP; • Continuar a publicação do jornal “O Alvinho”, mas exclusivamente em formato digital. 	
	1.15 Utilizar a ferramenta INOVAR PAA;	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Plataforma Inovar PAA, a fim de melhorar os canais de comunicação entre os atores educativos, principalmente com os pais/EE. 	
	1.16 Aferir o grau de satisfação da comunidade educativa;	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar questionários de satisfação aos diversos atores educativos, a fim de aferir a sua perceção sobre a unidade orgânica. 	

LINHA ORIENTADORA DA AÇÃO 2: INCLUIR, PARA FORMAR CIDADÃOS DO (PARA O) MUNDO

Domínio de Ação: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
<p>Desenvolvimento pessoal e bem-estar das crianças e alunos</p> <p>Oferta Educativa e Gestão Curricular</p> <p>Ensino/Aprendizagem / Avaliação</p> <p>Planificação e acompanhamento das práticas educativas e letivas</p>	<p>2.1 Aprofundar os mecanismos de articulação curricular entre os atores educativos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorizar a aplicação do Referencial de Avaliação, que conduz a uma uniformização de procedimentos, clarificação de conceitos e uma avaliação objetiva, transparente e equitativa; ● Promover reuniões de articulação curricular entre os diferentes níveis e ciclos de ensino. 	<p>Documento Referencial de Avaliação;</p> <p>Atas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselhos de docentes / turmas; - Reuniões de articulação; - Conselho Pedagógico / - Departamentos Curriculares; <p>Relatórios de implementação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão;</p> <p>Relatório semestral da EMAEI;</p> <p>Plano de Inovação;</p> <p>Planos de Turma;</p> <p>Relatório semestral do PAA.</p>
	<p>2.2 Implementar estratégias que contribuam para a melhoria da ação educativa:</p> <p>2.2.1. Dar continuidade às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (MSAI);</p> <p>2.2.2. Utilizar estratégias diversificadas de ensino e aprendizagem com vista à melhoria das aprendizagens e ao desenvolvimento do PASEO;</p> <p>2.2.3. Desenvolver dinâmicas de leitura que conduzam, de forma consolidada, ao aumento dos hábitos de leitura e à melhoria das competências de compreensão e expressão nas modalidades oral, escrita e multimodal;</p> <p>2.2.4. Solicitar, junto da Tutela e/ou Município, o melhoramento dos espaços, dos equipamentos tecnológicos e o aumento da taxa de transferência de internet e rede wireless, assim como a revisão do número de pontos de acesso para dar continuidade às ações plasmadas no PADDE;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a implementação de apoios educativos, coadjuvações, oficinas, tutorias, de acordo com o ciclo de ensino; ● Diligenciar no sentido de que as medidas definidas no RTP / PEI são implementadas; ● Monitorizar os resultados dos alunos com RTP e/ou PEI, adequando, se necessário, a implementação das medidas educativas; ● Criar turmas PCA sempre que se considerar necessário e que as áreas de intervenção se revelem eficientes; ● Recorrer, sempre que se proporcione, à metodologia de projeto em sala de aula e a atividades práticas e/ou experimentais; ● Desenvolver ações/atividades para o desenvolvimento das múltiplas literacias: literacia da leitura - enquanto pilar do desenvolvimento pessoal - literacia da informação e literacia dos média; ● Proceder à prática letiva numa abordagem interdisciplinar, através da planificação e realização de Domínios de Autonomia Curricular (pelo menos, um por turma); ● Integrar no desenvolvimento do currículo as atividades dos projetos/oficinas/clubes/BE; ● Promover a utilização de plataformas digitais educativas e/ou pedagógicas; ● Continuar a implementar a organização do calendário escolar em regime de semestralidade; ● Manter e reforçar o apetrechamento das salas de aula, laboratórios, BE, espaços desportivos e outros espaços pedagógicos com materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades e projetos de natureza prática e/ou inovadores (em parceria e estreito diálogo com a Autarquia); 	

		<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar e/ou reforçar as infraestruturas, a conectividade digital e os equipamentos tecnológicos. 	
	2.3 Promover o conhecimento dos conteúdos locais e regionais e a sustentabilidade;	<ul style="list-style-type: none"> ● Incluir atividades, no PAA, que contribuam para o conhecimento local e regional e para a sustentabilidade. 	
	2.4 Partilhar saberes e experiências e divulgar boas práticas.	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar/melhorar os espaços para o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem inovadores; ● Utilizar os momentos de trabalho colaborativo para partilha de boas práticas entre docentes; ● Utilizar o Repositório de Recursos Educativos Digitais do AEP para a partilha e divulgação de boas práticas. 	

LINHA ORIENTADORA DA AÇÃO 3: ENVOLVER, COMPROMETER E CORRESPONSABILIZAR

Domínio de Ação: LIDERANÇA E GESTÃO			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
<p>Visão e estratégia</p> <p>Liderança</p> <p>Gestão</p>	3.1 Fomentar, em todos os atores educativos, um sentido de pertença e de identificação com o AEP;	<ul style="list-style-type: none"> Continuar a promover momentos de convívio entre docentes e não docentes; Promover o envolvimento de todos os atores educativos na construção dos documentos estruturantes para a dinâmica do AEP. 	<p>Número de inscrições/participantes;</p> <p>Convocatórias / atas;</p> <p>Relatórios semestrais do PAA;</p> <p>Horários dos docentes;</p> <p>Protocolos com entidades públicas e/ou privadas;</p> <p>Plataforma Erasmus +;</p> <p>Reuniões com a Autarquia;</p> <p>Plano de Formação.</p>
	3.2 Promover o envolvimento de todos os elementos da CE nos processos de tomada de decisão do AEP: elaboração de documentos e participação em atividades;	<ul style="list-style-type: none"> Continuar a integrar os pais/EE nas atividades do PAA e em equipas de trabalho; Aumentar a participação dos EE/Pais em ações de sensibilização/ sessões de esclarecimento/ palestras/ atividades culturais/...; Realizar, trimestralmente, Assembleias de Delegados dos ensinos básico e secundário. 	
	3.3 Envolver os Pais/EE na melhoria dos resultados dos seus educandos e melhoria dos equipamentos e recursos;	<ul style="list-style-type: none"> Retomar as reuniões entre a direção e a Associação de Pais/EE; Agendar reuniões semestrais entre a direção e os Representantes dos Pais/EE das várias turmas. 	
	3.4 Promover o envolvimento da Associação de Estudantes (AE) em atividades no âmbito da cidadania;	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que o Plano de Ação da AE engloba pelo menos uma atividade no âmbito da cidadania (solidariedade, saúde mental, distúrbios alimentares, voluntariado, preservação de espaços da CE...); Apoiar as iniciativas da AE, desde que as mesmas se enquadrem nos objetivos do PE. 	
	3.5 Envolver a Associação de Estudantes na elaboração do PAA;	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que no PAA consta(m) a(s) proposta(s) da AE/alunos. 	
	3.6 Valorizar o papel das Estruturas de Coordenação Intermédia, envolvendo-as nos processos de decisão;	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a realização de reuniões entre a direção e as lideranças intermédias, com a atribuição de tempos da componente não letiva, comuns a todos os coordenadores. 	
	3.7 Promover o trabalho colaborativo e articulação entre as Estruturas de Coordenação Intermédia (ECI) e as diferentes Equipas de Trabalho;	<ul style="list-style-type: none"> Manter um tempo semanal de trabalho colaborativo; Marcar um tempo semanal para a realização de reuniões. 	

3.8 Promover a articulação com os assistentes técnicos e operacionais;	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a realização de reuniões trimestrais entre a direção e o pessoal não docente. 	
3.9 Promover uma proximidade efetiva com todos os estabelecimentos do AEP;	<ul style="list-style-type: none"> ● Efetivar deslocações regulares de elementos da Direção aos diferentes estabelecimentos de educação e ensino do AEP. 	
3.10 Desenvolver parcerias que promovam a qualidade das aprendizagens;	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer protocolos com entidades públicas e/ou privadas para realização de PIT's / e da Formação em Contexto de Trabalho dos alunos dos CP. 	
3.11 Aderir a iniciativas / atividades / concursos / projetos de inovação pedagógica e tecnológica que promovam a qualidade das aprendizagens e apelem à participação ativa das crianças e alunos;	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter a participação em iniciativas / atividades / concursos / projetos que se enquadrem na ação do AEP e no seu PAA. 	
3.12 Promover a Internacionalização do AEP através de projetos Erasmus+;	<ul style="list-style-type: none"> ● Elaborar em cada ano letivo, pelo menos, duas candidaturas a um programa de mobilidade, no âmbito do Erasmus+ e/ou de Acreditação Erasmus+, nomeadamente, na tipologia KA120-VET para o ensino profissional. 	
3.13 Promover a qualidade dos espaços e equipamentos escolares;	<ul style="list-style-type: none"> ● Preservar, manter e reparar as instalações e equipamentos, usando recursos próprios do AEP ou solicitando a colaboração da Autarquia. 	
<p>3.14 Planificar ações organizativas e fundamentais para a dinâmica do AEP:</p> <p>3.14.1 Planear e gerir os recursos humanos, em conformidade com a Missão e Visão Estratégica;</p> <p>3.14.2 Planear e gerir os recursos financeiros e materiais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Elaborar os documentos necessários a uma eficiente gestão de recursos humanos (exemplo: manual de normas e procedimentos dos serviços, manual de acolhimento, critérios de elaboração de horários e turmas...); ● Alocar crédito horário à implementação das MSAI: <ul style="list-style-type: none"> - PLNM, alunos do 1.ºCEB (principalmente 1.º e 2.º anos); - Disciplinas com mais insucesso (2.º e 3.º CEB); - Disciplinas sujeitas a avaliação externa; - Medidas educativas plasmadas nos RTP; - Desdobramento de um tempo letivo da disciplina de Ciências Naturais (CN) do 2.º CEB e nas turmas do 3.ºCEB (CN e FQ) quando o número de alunos for superior a 14, para incrementar as atividades práticas e laboratoriais e o trabalho de projeto, no ensino das ciências experimentais; ● Otimizar os procedimentos administrativos e organizacionais e gerir, de forma racional, o reduzido orçamento de escola, atualmente atribuído ao AEP; ● Reforçar as ações que contribuam para a racionalização dos recursos, reutilização de desperdícios e redução de consumos. 	

	3.15 Agilizar a comunicação entre a escola e os alunos;	<ul style="list-style-type: none"> • Criar emails institucionais para todos os alunos, a partir do 5.º ano. 	
	3.16 Promover a imagem do AEP junto da CE e a nível regional;	<ul style="list-style-type: none"> • Participar em eventos / feiras de carácter local e regional; • Garantir a presença de um representante do AEP nos eventos para os quais recebe convite; • Divulgar, de forma mais regular, as atividades dinamizadas no AEP, na página web, nas redes sociais, nos jornais locais e nos jornais regionais. 	
	3.17 Elaborar um plano de formação, que contribua para a concretização dos objetivos/metasp do AEP (formação interna e formação externa em articulação com o CFAE Minerva).	<ul style="list-style-type: none"> • Propor ações de formação e criar condições para a sua frequência, no âmbito da formação contínua. 	

Domínio de Ação: AUTOAVALIAÇÃO			
Domínio de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Metas	Instrumentos de Monitorização
<p>Planeamento do processo</p> <p>Consistência e impacto</p>	<p>3.18 Sistematizar uma cultura de autoavaliação apontando para a excelência e para a melhoria dos processos;</p> <p>3.19 Melhorar a consistência das práticas de autoavaliação;</p> <p>3.20 Reforçar o papel das ECI e de outras estruturas de coordenação nos processos avaliativos do AEP;</p> <p>3.21 Definir o(s) plano(s) de melhorias, em função dos resultados obtidos e das informações recolhidas junto de todos os atores educativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a Equipa de Autoavaliação do AEP (representantes dos docentes de todos os níveis de ensino) com Pessoal Não Docente, representantes dos Encarregados de Educação e autarquia; • Operacionalizar um sistema de autoavaliação potenciador do progresso e de melhoria contínua; • Monitorizar anualmente o cumprimento das metas do PE; • Monitorizar / Avaliar o grau de implementação / concretização das medidas definidas no Plano de Inovação do AEP; • Implementar o sistema de certificação de qualidade alinhado com o Quadro EQAVET e obter a respetiva certificação; • Monitorizar a concretização das ações constantes no(s) plano(s) de melhorias. 	<p>Inquéritos de satisfação de qualidade (PD, PND, EE, alunos);</p> <p>Estatística dos resultados escolares;</p> <p>Relatório de autoavaliação;</p> <p>Relatório de Avaliação segundo o Quadro EQAVET;</p> <p>Plano(s) de melhorias;</p>

4 - MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Reconhecendo-se como um dos documentos estruturantes da ação do Agrupamento para os próximos três anos, o Projeto Educativo é, no entanto, de igual forma um projeto dinâmico, sujeito a correções de prioridades ou de percurso, resultante de sugestões, críticas construtivas e contributos de toda a comunidade educativa.

A avaliação do *Projeto Educativo* avaliará o grau de realização das ações, medidas e atividades consumadas no seu plano estratégico, através do qual o Agrupamento se propõe desenvolver a sua ação educativa, em articulação com os restantes documentos estruturantes. Esta avaliação constitui um processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas, de objetivos concretizados e estará articulada com o processo de autoavaliação do AEP.

Assim, no final de cada ano letivo será feita uma avaliação intermédia (avaliação formativa) para compreender, de um modo concreto e sistemático, o que está a resultar e a falhar na implementação do projeto, podendo determinar a adoção de medidas de ajustamento ou correção de estratégias.

No final do ciclo de implementação, avaliar-se-á o progresso realizado, numa avaliação sumativa que corresponde ao balanço final e à visão de conjunto do caminho percorrido, confrontando o desenvolvimento do projeto no final do ciclo com os objetivos globais estabelecidos.

A elaboração dos resultados da avaliação (formativa e sumativa) será da responsabilidade da equipa de autoavaliação constituída no AEP, dois elementos da equipa responsável pelo PE, o representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação e, se possível, um consultor externo (amigo crítico). Serão utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas com base nos documentos identificados como meio de verificação dos indicadores definidos neste projeto.

5 - DIVULGAÇÃO

Numa ESCOLA ABERTA AO MUNDO, a divulgação de quem somos, o que somos e para onde queremos ir, é fulcral para a construção positiva de uma comunidade educativa proativa e participativa na dinâmica organizacional do Agrupamento de escolas de Penacova.

Assim, o Projeto Educativo do Agrupamento, após aprovação pelos órgãos competentes, será divulgado a todos os atores educativos através da página web do agrupamento (<https://aepenacova.pt/documentos>). Existirá um exemplar para consulta nas Bibliotecas Escolares que integram a Rede de Bibliotecas Escolares, assim como nos Serviços Administrativos.

6 - REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

- NOBRE, Rui. *A visão e a voz do diretor: a construção do seu Projeto de Intervenção*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação. Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2013.
- AZEVEDO, Rui, *et al.*; 2011. *Projetos educativos - elaboração, monitorização e avaliação - guião de apoio*. Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P. ISBN: 978-972-8743-72-7
- ALMEIDA, Sílvia; BATISTA, Susana e GONÇALVES, Eva; 2018. *Projetos Educativo e Curricular: contributo para o desenvolvimento de um modelo integrado*. Lisboa, CICS. NOVA - NOVA FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Legislação

- Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. *Diário da República n.º 270/1980, Série I*. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. *Diário da República n.º 237/1986, Série I*. Assembleia da República. Lisboa
- Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho). *Diário da República, 1.ª série, n.º 126*. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa
- Lei n.º 31/02 de 20 de dezembro. *Diário da República n.º 294/02 - I Série A*. Ministério da Educação. Lisboa

Outros documentos

- Plano de Inovação 2023/2024
- Relatório de monitorização do plano de inovação 2022/2023
- Relatório de monitorização do projeto educativo 2020/2023
- Plano de Melhorias do AEP
- PADDE
- Projeto de Intervenção da diretora

Proposta aprovada no Conselho Pedagógico de 17 de janeiro de 2024

Aprovado no Conselho Geral de 18 de janeiro de 2024